



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11819 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

A POLÍTICA EDUCACIONAL DE AVALIAÇÃO EXTERNA E EM LARGA ESCALA E SEUS REBATIMENTOS NA GESTÃO ESCOLAR

Welcianne Iris de Queiroz - UNESP - Presidente Prudente/FCT- Universidade Estadual Paulista

Silvio Cesar Nunes Militão - UNESP - Marília / FFC - Universidade Estadual Paulista

A POLÍTICA EDUCACIONAL DE AVALIAÇÃO EXTERNA E EM LARGA ESCALA E SEUS REBATIMENTOS NA GESTÃO ESCOLAR

O presente texto é um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento que problematiza a apropriação e o uso dos resultados de desempenho gerados pelas avaliações externas e em larga escala do sistema estadual de educação de Goiás.

O trabalho em tela tem por objetivo verificar quais os impactos das Avaliações Externas e em Larga Escala (AELE) no exercício da gestão escolar democrática. Guia-se, portanto, pela seguinte questão problema: Como as AELE (im)possibilitam o processo da gestão escolar democrática no contexto de um estado gerencialista? De abordagem qualitativa, recorre à pesquisa de campo tendo como *corpus* de análise os dados oriundos de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos gestores de duas escolas jurisdicionadas a uma Coordenadoria Regional de Educação da região sudoeste do estado de Goiás, sendo uma escola de maior e outra de menor IDEB em 2019 no ensino médio. Os dados constituídos foram analisados segundo a técnica da Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2016) de acordo com as categorias: *Accountability*, regulação, controle e apropriação de resultados referentes às AELE.

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96), o PNE (2014-2024) e o PEE/GO (2015-2025), no tocante à gestão educacional, referem-se a uma gestão democrática nos respectivos âmbitos de atuação. No entanto, os programas e projetos desenvolvidos pelos últimos governos do estado de Goiás se alinham a uma perspectiva de gestão gerencial.

Os ditames gerencialistas ganharam mais força no estado de Goiás com o lançamento do documento “Pacto pela Educação”, em 2011, cujo intento foi reformar a educação do estado a partir de cinco pilares desdobrados em 25 metas. O foco deste trabalho repousa no 5º pilar: Realizar profunda reforma na gestão e na infraestrutura da rede estadual de ensino.

As premissas que perpassam o “Pacto pela Educação” e que reverberam no atual contexto da política educacional do estado de Goiás, estão articuladas com as orientações dos organismos multilaterais (OCDE e BM) e, portanto, suas “finalidades educativas e critérios de qualidade são definidos com base no modelo da racionalidade econômica [...]” (LIBÂNEO, 2018, p. 49), tendo como base princípios gerencialistas e estratégias de gestão voltadas para a avaliação de desempenhos de resultados de alunos, professores e escolas, primando pela preparação para o mercado de trabalho. Nesse cenário, a qualidade está relacionada aos princípios da competição, meritocracia, *ranking* e performatividade, atrelada aos índices gerados por essas avaliações.

Este é o contexto vivenciado pelas escolas brasileiras, no qual o gerencialismo cuidou de infiltrar um novo sentido à função social da escola, e, conseqüentemente mudou os papéis dos diferentes profissionais que nela atuam. Nos limites deste trabalho, focalizamos o papel desempenhado pelo gestor escolar, pois eles se tornaram “[...] agentes hierárquicos tanto do controle quanto da implementação de mudanças e são elementos cruciais a serem responsabilizados pela prestação de contas” (SHIROMA, 2003, p. 2).

Na categoria *accountability*, entendida aqui conforme concebe Afonso (2009), como prestação de contas, responsabilização e avaliação; os gestores entrevistados afirmaram que apesar de verem nas AELE aspectos relevantes para gestão, a necessidade de apresentar resultados positivos a todo custo e a responsabilização imputada a eles têm gerado não apenas um sentimento de frustração, no sentido de que as demandas decorrentes desse contexto estabelecem metas inalcançáveis para a escola, pois não consideram as condições próprias de cada instituição, mas também têm gerado exaustão e desmotivação. Os gestores afirmaram que ao tomarem posse, assinam um termo se comprometendo com a elevação do IDEB como condição para permanência no cargo, além dos cortes nas gratificações salariais e, por isso, são pressionados a ponto de, segundo um dos gestores, “*se sentir um lixo*”.

As comparações, as críticas e as exposições são vistas pelos gestores como uma estratégia de controle e de atrito que, por meio de ações regulatórias, estimula a competitividade e oblitera a solidariedade. “A busca pelo trabalho em conjunto e pela socialização do trabalho pedagógico fica comprometida [...]” (PARENTE, 2012, p. 81). Quando se tem uma cultura performática e de disputa de poder, cria-se um clima de instabilidade na escola levando, muitas vezes, alguns gestores, a mascarar as dificuldades e problemas enfrentados pela escola. Tal postura, termina por acirrar os desafios enfrentados pelos gestores, pois o apagamento dessas dificuldades torna mais invisível a realidade que os gestores querem que sejam consideradas no estabelecimento de metas, causando aquilo que se quer evitar.

Quanto à apropriação que se faz dos resultados das AELE de suas escolas, os gestores afirmaram que, apesar de entenderem como positivo o mapeamento diagnóstico que se faz a partir dos resultados, precisam seguir orientações prescritas pelos gabinetes da própria Secretaria Estadual de Educação, tendo pouca ou nenhuma margem para a escola criar soluções próprias, tanto porque a demanda imposta desde de cima é exaustiva, como porque à escola não é concedida autonomia para planejar/executar ações atinentes às suas necessidades locais. Segundo os entrevistados, no momento do repasse realizado pela Secretaria Regional, percebem um olhar baseado mais em critérios técnicos relacionados a índices, sem valorizar o esforço e o trabalho que a escola empreendeu no processo e que não pode ser medido numericamente. Para os gestores essa visão tecnicista gera uma análise de resultados equivocada, pois não capta as ações sociais que a escola promove; nem o que de bom vem ocorrendo nela, já que não podem ser convertidos em um número.

O que se pode concluir a partir das impressões dos gestores entrevistados é que os impactos que a cultura performática gera nas escolas extrapolam o cunho técnico e pedagógico e repousam sobre critérios políticos e econômicos, uma vez que “Estado Avaliador legitima o controle social sobre o trabalho docente” (PARENTE, 2012, p. 82) por meio da aferição e publicização de resultados, associando-os a prêmios e sanções e obedecendo a orientações de uma gestão gerencial, que traz para a educação princípios da empresa privada. Nesse ambiente performático se veem obrigados a propagar uma cultura com a qual não concordam para atender a demandas das esferas superiores: manter um número de alunos matriculados e a aumentar os índices de rendimento escolar dos alunos.

O gerencialismo na escola encontra na política de AELE o principal contraponto à implementação a uma gestão democrática, pois introjeta na escola princípios de hierarquia de comando verticalizado. Esta é uma das mais fortes consequências do gerencialismo: deixar claro a distinção entre aqueles que criam as políticas e aqueles que as implementam. (SHIROMA, 2003). Pode-se dizer que o gerencialismo, nesses termos, tem logrado êxito na educação do estado de Goiás.

Palavras-chave: Política Educacional. Avaliações Externas. Gerencialismo. Gestão democrática.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação Educacional. Regulação e emancipação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais neoliberais e escola: uma qualidade de educação restrita e restritiva. In: LIBÂNEO, J.C; FREITAS, R. A. M. M. (Orgs). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar**, Goiânia Editora Espaço Acadêmico, 2018. p. 44-87

PARENTE, J. M. Gerencialismo e Performatividade na gestão da educação: repercussões no trabalho do gestor escolar. In: PARENTE, J. M.; PARENTE, C. M. D. (Orgs). **Política, Gestão e Financiamento da Educação**. São Cristovao: Editora UFS, 2012. p. 73-85

SHIROMA, E. O. Profissionalização e gerencialismo na educação. *Jornal do SINPEEN*. São Paulo, 2003. p. 1-7